

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.
Fortaleza – Ceará

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. (“BVS” ou “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aqueles que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Reconhecimento de receitas

Veja as Notas Explicativas nºs 3.3 e 13 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

A Companhia detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar sua usina geradora de energia eólica, sendo o fornecimento da energia gerada comercializado por meio de um contrato de longo prazo com um único cliente, firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A receita da Companhia advém integralmente desse contrato de fornecimento de energia elétrica.

As variações da geração da energia e consequentemente o reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários das demonstrações financeiras.

Em função do exposto acima, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento da transferência do controle da energia fornecida, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação do desenho dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas;
- Inspeção documental, em base amostral, de transações de vendas ao longo do exercício para verificar se representavam receitas válidas e condizente com o curso normal dos negócios da Companhia; e
- Inspecionamos relatório disponibilizado pelo órgão regulador e analisamos se os registros das operações de compra e venda de energia estão registrados completamente.
- Análise, para uma amostra de vendas registradas no período de corte, das respectivas documentações-suporte para avaliar se a receita foi reconhecida no momento da transferência do controle da energia fornecida, com os relatórios de receitas geradas e fornecidas pela Companhia e pelo órgão regulador, durante o exercício de 2024 e comparamos o montante total com os valores registrados.
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes em relação ao reconhecimento de receita.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receitas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso

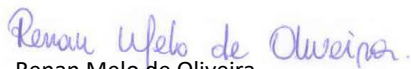
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com à Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 14 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5


Renan Melo de Oliveira

Contador CRC 023259/O-4

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	434	1.729	Fornecedores a pagar		801	1.452
Contas a receber	5	1.631	1.569	Empréstimos e financiamentos	9	3.937	3.760
Depósitos vinculados	6	908	10.472	Debêntures	9	3.977	3.298
Impostos a recuperar		203	18	Imposto de renda e contribuição social		-	318
Despesas antecipadas		448	401	Encargos tributários e trabalhistas		470	416
Outros ativos		125	20	Arrendamentos a pagar	8	289	276
Total do ativo circulante		3.749	14.209	Ressarcimento de energia a pagar	10	721	7.899
				Total do passivo circulante		10.195	17.419
Impostos diferidos	18	91	-	Dividendos a pagar	19	55	55
Depósitos vinculados	6	8.915	3.541	Empréstimos e financiamentos	9	21.980	24.751
Direito de uso - Arrendamentos	8	4.940	4.468	Debêntures	9	8.933	10.859
Imobilizado	7	91.264	95.147	Arrendamentos a pagar	8	5.234	4.529
Total do ativo não circulante		105.210	103.156	Ressarcimento de energia a pagar	10	9.013	4.766
				Provisão para desmobilização	11	-	1.832
				Total do passivo não circulante		45.215	46.792
				Patrimônio líquido	12		
				Capital social		84.632	84.632
				Prejuízos acumulados		(31.083)	(31.478)
				Total do patrimônio líquido		53.549	53.154
Total do ativo		108.959	117.365	Total do passivo e patrimônio líquido		108.959	117.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita líquida de vendas	13	16.047	16.709
Custo das vendas	14	<u>(10.293)</u>	<u>(13.072)</u>
Lucro bruto		5.754	3.637
Despesas gerais e administrativas	15	(1.678)	(1.209)
Outras receitas (despesas) operacionais	16	<u>779</u>	<u>-</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		4.855	2.428
Receitas financeiras		1.094	1.845
Despesas financeiras		<u>(5.645)</u>	<u>(5.685)</u>
Resultado financeiro	17	(4.551)	(3.840)
Resultado antes dos impostos		304	(1.412)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	-	(1.139)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	<u>91</u>	<u>-</u>
Lucro (prejuízo) do exercício		<u>395</u>	<u>(2.551)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro (prejuízo) do exercício	395	(2.551)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>395</u>	<u>(2.551)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2023	<u>80.212</u>	<u>(28.927)</u>	<u>51.285</u>
Aumento de capital	4.420	-	4.420
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(2.551)</u>	<u>(2.551)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>84.632</u>	<u>(31.478)</u>	<u>53.154</u>
Lucro do exercício	<u>-</u>	<u>395</u>	<u>395</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>84.632</u>	<u>(31.083)</u>	<u>53.549</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		304	(1.412)
Ajustes por:			
Depreciação	7	3.661	3.603
Amortização desmobilização	7	36	41
Amortização direito de uso de arrendamentos	8	160	100
Apropriação de juros com direito de uso de arrendamentos	8	374	244
Rendimento de aplicação financeira de depósitos vinculados	17	(1.009)	(1.735)
Juros provisionados sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	9	4.480	4.881
Baixa de imobilizado	7	96	-
Baixa líquida provisão para desmobilização	11	(875)	84
Amortização custos de captação empréstimos	9	24	25
Baixa de passivos de arrendamento	16	(93)	-
Provisão para ressarcimento de energia	10	1.507	1.303
		8.665	7.134
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(62)	(46)
Despesas antecipadas		(47)	(69)
Impostos a recuperar		(185)	-
Outros ativos		(105)	(17)
Fornecedores a pagar		(651)	(327)
Outras contas a pagar		-	(5)
Encargos tributários e trabalhistas		54	93
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	(1)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		7.669	6.762
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(318)	(1.104)
Pagamento de ressarcimento de energia	10	(4.438)	(1.229)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	9	(2.271)	(2.479)
Pagamento de juros de debêntures	9	(1.309)	(1.435)
Pagamento de juros de arrendamentos	8	(10)	(244)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		(677)	271
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Depósito vinculado		5.199	1.808
Aquisição de imobilizado	7	(867)	(354)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		4.332	1.454
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Integralização de capital		-	4.420
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	9	(2.831)	(2.586)
Pagamento de debêntures - principal	9	(1.934)	(2.033)
Pagamento de arrendamentos - principal	8	(185)	(29)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(4.950)	(228)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(1.295)	1.497
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.729	232
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		434	1.729
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(1.295)	1.497
Principais transações que não afetaram caixa			
Remensuração de ativos arrendados		632	1.665
Reversão de provisão para desmobilização		875	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. (“BVS”), sociedade de propósito específico, com sede na cidade de Fortaleza, CE, e filial na Fazenda Malhadinha I no município de Ibiapina-CE, constituída em 12 de julho de 2011, tem por objetivo social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente a Central Geradora Eólica Malhadinha I, bem como comercializar a energia elétrica por fonte eólica proveniente da Central Geradora Eólica Malhadinha I e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade, ligados exclusivamente à Central Geradora Eólica Malhadinha I.

A Central Geradora Eólica Malhadinha I, de propriedade da Companhia, vendeu 12 MW de energia no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), realizado em 18 de agosto de 2011, conforme o Edital de Leilão nº 03/2011-ANEEL.

Em 19 de outubro de 2016, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.793, autorizando o início das operações de geração a partir de 20 de outubro de 2016. Desde essa data, a Companhia está disponibilizando sua energia produzida.

a. Capacidade produtiva

A Companhia possui uma usina geradora de energia eólica, situada no município de Ibiapina, no Estado do Ceará, constituída de 11 unidades geradoras de 2.1 MW, totalizando a potência instalada de 23,1 MW e de garantia física do contrato de 12,8 MW médios.

Central Geradora Eólica	Localização	Aerogeradores (Unidade)	Garantia física (MW)	Energia Vendida (MW)
Malhadinha I	Ibiapina - CE	11	12,8	12,0

1.1 Continuidade operacional

A Companhia apresentou utilização de caixa líquido nas atividades operacionais de R\$ 677 para o exercício findo 31 de dezembro 2024, e nesta data, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 6.446 (em 31 dezembro de 2023: R\$ 3.210), devido, principalmente, ao saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Administração destaca que o capital circulante líquido negativo decorre, essencialmente, da alocação contábil dos vencimentos de curto prazo de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante. Pelo lado do ativo, considera-se apenas o valor contratual a receber de um mês e o saldo de caixa e equivalentes, sem a inclusão dos depósitos vinculados, o que não reflete integralmente a liquidez da Companhia.

A Companhia reconheceu ativos e passivos considerando a pressuposição da continuidade operacional e entende que não há indícios de descontinuidade das operações.

A administração acredita que o fluxo de caixa operacional projetado, em conjunto com o compromisso dos acionistas de estarem preparados para tomar as medidas necessárias para garantir a continuidade das operações da empresa, será suficiente para a continuidade normal das operações no curto prazo. Além disso, tais esforços irão manter a companhia em um patamar de rentabilidade e segurança financeira no médio e longo prazo.

1.2 Resolução normativa

A Companhia foi autorizada a se estabelecer como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e a exploração da Central Geradora Eólica EOL Malhadinha I, com potência instalada de 23,1 MW/h. O prazo de autorização é de 35 anos, contados a partir da publicação da respectiva Resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL ou a pedido da autorizada. Abaixo, detalhes da Resolução concedida pela ANEEL:

Usina	Resolução ANEEL	Data da publicação
EOL Malhadinha I	Portaria 228, de 10 de abril de 2012	16 de abril de 2012
EOL Malhadinha I	Resolução Autorizativa 4652, de 6 de maio de 2014	13 de maio de 2014

1.3 Contrato de Energia de Reserva (CER)

O contrato de venda de energia foi firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 15 de agosto de 2012, por um prazo de 20 anos a contar da data planejada da operação comercial, nas seguintes condições:

Usina	Quantidade GWh/ano	Preço R\$/MWh Agosto/2011	Início da operação comercial	Final da operação comercial
EOL Malhadinha I	105,1	98,95	Jul/2014	Jun/2034

O preço acima é reajustado anualmente pela variação do IPCA, sempre no mês de julho, respeitado o prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês de setembro de 2011.

Dessa forma, a partir julho de 2014, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia efetivamente gerada serão compensadas financeiramente. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, temos as seguintes condições:

EOL Malhadinha I	2024	2023
Quantidade GWh/contratado ano	95,1	95,3
Quantidade GWh/gerado ano	89,5	87,0
Preço R\$/MWh	205,82	197,47

A conta de energia é apurada a cada 12 meses pela diferença entre a energia gerada e a energia contratada. O saldo dessa conta é apurado anual e quadrienalmente, e observará as margens de 10% abaixo da energia contratada e 30% acima da energia contratada, ao final de cada período.

Os desvios positivos ou negativos são reconhecidos no ativo ou no passivo, respectivamente, mediante aplicação dos preços e penalidades descritas no contrato de venda de energia. O ano de suprimento considerado para cálculo da conta de energia é de julho a junho e os ressarcimentos são realizados em 12 ou 24 meses, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE, obedecendo aos limites contratuais de faixa de tolerância.

1.4 Outros aspectos relevantes

Subvenções governamentais - Incentivo federal

A Companhia é beneficiária de subvenções federais obtidas por conta da realização de investimentos na implantação de unidades de produção de energia renovável sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esse incentivo fiscal é concedido pelo prazo certo de dez anos, para os empreendimentos que comprovarem, junto à SUDENE, a realização de investimentos na Região Nordeste do Brasil, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obter a contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento da Região Nordeste do país.

No ano de 2019, a Companhia obteve esse incentivo, válido até 2028. O valor a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste na redução do IRPJ devido, num montante equivalente ao resultado da aplicação do percentual de 75% (setenta e cinco por cento) sobre uma base de cálculo legalmente denominada de lucro da exploração (art. 1º da MP 2.199-14/01 e art. 1º do Decreto nº 6.539/2008).

A Administração cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção, bem como não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes.

Até então, entende-se que não foi descumprida condição que impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais que lhe foram concedidas.

No exercício de 2024, a Companhia optou pela tributação na forma do Lucro Real, porém sua apuração apresentou prejuízo fiscal, não sendo, portanto, aplicável o Incentivo do Lucro da Exploração. No exercício de 2023 a Companhia era optante da tributação pelo Lucro Presumido.

Licença ambiental e autorizações

Em 31 de dezembro de 2013, o projeto já possuía todas as licenças e autorizações ambientais necessárias para implantação do parque. Em novembro de 2014, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará (SEMACE) emitiu as licenças de operação do parque (nº 314/2014) e da linha de transmissão (nº 310/2014) com validade inicial até novembro de 2018. Em 2022 a Companhia renovou as licenças, sendo licença de operação do parque (nº 352/2022), com validade até novembro de 2028 e licença da linha de transmissão (nº 346/2022) com validade até novembro de 2027.

1.5 Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

A Diretoria é composta por um diretor administrativo-financeiro e um diretor técnico, eleitos pelo Conselho de Administração.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 7** - critérios para definição de vida útil do imobilizado: premissas sobre o período em que os ativos irão gerar receita para a Companhia;
- **Nota Explicativa nº 8** - critérios para definição de taxa de desconto de contratos de arrendamento;
- **Nota Explicativa nº 11** - reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos;
- **Notas Explicativas nºs 10 e 13** - reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais.

3 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3.1 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios de curto prazo em que as obrigações são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado desde que a Companhia tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e essa obrigação possa ser estimada com confiabilidade.

3.2 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao valor justo ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

As subvenções para investimento passaram a ser contabilizadas no resultado a partir da aplicação da Lei nº 11.638/07. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

3.3 Receita operacional

A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante do MWh gerado e fornecido valorizado ao preço contratado.

O ativo é reconhecido conforme parcela fixa a receber mediante as cláusulas do contrato firmado com a única cliente da Companhia (ver Nota Explicativa nº 1.3). A variação da energia gerada nos percentuais acima ou abaixo do referido contrato são consideradas como ativos, caso a geração seja superior ao MWh contratado, ou passivos, caso a geração seja inferior ao MWh contratado, em contraparte da receita no resultado.

3.4 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receitas de juros, despesas de juros e variações monetárias ativas e passivas. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

3.5 Imposto de renda e contribuição social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia foi optante pela tributação no regime de lucro real. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia foi optante pela tributação no regime de lucro presumido

Na sistemática do lucro real, é realizada a apuração do lucro tributável partindo do resultado contábil apurado, ajustado de adições e exclusões permitidas pela legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Na sistemática do lucro presumido, o resultado para fins de IRPJ e CSLL da Companhia é calculado aplicando-se sobre a receita apurada as alíquotas definidas para essa atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$ 240 anuais para IRPJ, e 9% para CSLL).

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

As despesas de impostos diferidos são calculados com base nos ajustes fiscais temporários levantados mediante a apuração do lucro real. A Companhia não apurou impostos diferidos sobre base de prejuízos fiscais ou sobre base de cálculo negativa de contribuição social.

3.6 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As taxas de depreciação do ativo imobilizado estão apresentadas na Nota Explicativa nº 7. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriados.

(iii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iv) Provisão para desmobilização

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

3.7 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.8 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. O objetivo do modelo de negócios da entidade não é baseado nas intenções da administração com relação a um instrumento individual, e sim determinado em um nível mais alto de agregação. A avaliação precisa refletir o modo como uma entidade administra seus negócios ou negócio. Uma única entidade pode ter mais de um modelo de negócios para administrar seus instrumentos financeiros.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros

Quando aplicável, a Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*), decorrentes de fatores macroeconômicos.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente;

- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não identificou indícios de perdas a serem reconhecidas.

3.10 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12.

3.11 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados.

3.12 Arrendamentos

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto e ela é determinada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado".

3.13 Mudanças nas principais políticas contábeis

- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants*

A Companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório.

Apesar da mudança na política, não há impacto nas demonstrações comparativas, pois a Companhia não possui notas conversíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

3.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

- Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMS. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras.

- Outras Normas Contábeis
Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
 - Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Bancos - conta movimento	12	20
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	<u>422</u>	<u>1.709</u>
	<u>434</u>	<u>1.729</u>

- (i) Estão representadas por aplicações em renda variável, junto ao Fundo Referenciado DI FIC, cuja rentabilidade para o exercício de 2024 foi de 10,78%. (em 31 de dezembro de 2023: 11,97%). Os prazos para resgate são imediatos, com incidência de IRRF. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e possuem compromisso de recompra pelo emissor.

Uma análise quanto ao risco de crédito e de mercado está descrita na Nota Explicativa nº 20.

5 Contas a receber

	2024	2023
Receita - CCEE (i)	<u>1.631</u>	<u>1.569</u>
Total	<u><u>1.631</u></u>	<u><u>1.569</u></u>

- (i) A Companhia tem direito ao recebimento da receita fixa mensal a partir do período de entrega da energia contratada, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresenta títulos vencidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

6 Depósitos vinculados

	2024	2023
Conta centralizadora (a)	908	1.061
Conta reserva serviço da dívida BNDES (b)	1.287	1.277
Conta reserva serviço da dívida Debêntures (c)	1.634	1.734
Conta reserva de O&M (d)	549	530
Conta reserva especial (e)	5.173	9.411
Conta de pagamento de debêntures (f)	272	-
	<u>9.823</u>	<u>14.013</u>
Circulante	908	10.472
Não circulante	8.915	3.541

Referem-se a condições estabelecidas contratualmente decorrente do financiamento com o BNDES e do registro de emissão de debêntures, conforme apresentado abaixo:

- (a) Conta centralizadora - conta corrente constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente. Saldo se refere ao pagamento de amortização e juros de empréstimo do mês subsequente, sendo classificado no circulante.
- (b) Conta reserva serviço da dívida BNDES - constituída pelo saldo equivalente ao valor de três prestações mensais do serviço da dívida, vincendas, constituídas de principal, encargos e acessórios. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.
- (c) Conta reserva serviço da dívida Debêntures - constituída pelo saldo equivalente ao valor da próxima prestação vincenda do serviço da dívida de debêntures. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para junho de 2031, nota 9 (ii)
- (d) Conta reserva de O&M - constituída pelo valor necessário para perfazer o equivalente a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do valor anual de pagamentos em decorrência do Contrato de O&M (contrato de operação e manutenção dos aerogeradores). A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.
- (e) Conta reserva especial - constituída com recursos transferidos da Conta Centralizadora, após observada a ordem de pagamentos e transferências determinada pelo Contrato de Financiamento do BNDES. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031. Em 2023, a Companhia possuía a autorização do BNDES para utilização imediata dos recursos disponíveis nesta conta para liquidação do *constrained-off*, dessa forma classificou o saldo como ativo circulante. Para o exercício de 2024, a Companhia passou novamente a classificar esse saldo no ativo não circulante, tão logo o calendário de pagamentos divulgado pela CCEE foi cumprido (Nota 10).
- (f) Conta de pagamento de debêntures - constituída mensalmente por recursos equivalentes ao valor correspondente a 1/6 (um sexto) da próxima prestação vincenda. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato de debêntures, prevista para junho de 2031.

Os saldos são mantidos em contas de aplicação financeiras em renda variável, junto ao Fundo Referenciado DI FIC, cujos rendimentos, no exercício de 2024 foram de 10,78% a.a. (em 2023 foram de 11,97% a.a.).

7 Imobilizado

a. Conciliação do valor contábil

		2024			2023
	Taxas anuais de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
<u>Administração</u>					
Máquinas e equipamentos	10%	31	(23)	8	8
Equipamentos e processamentos de dados	20%	20	(17)	3	-
Móveis e utensílios	10%	45	(41)	4	6
Direito de uso de software	20%	2	(2)	-	-
<u>Parque eólico</u>					
Acessos, Obras e Instalações	2,86%	24.150	(6.035)	18.115	26.490
Sobressalentes	2,86%	314	(30)	284	307
Transformador	2,86%	5.482	(1.575)	3.907	863
Torres	2,86%	15.615	(3.927)	11.688	4.334
Geradores	2,86%	28.784	(7.983)	20.801	13.525
Nacelle	2,86%	13.665	(3.742)	9.923	10.300
Pás	2,86%	22.084	(7.986)	14.098	14.729
Outros materiais e equipamentos	2,86%	17.740	(5.307)	12.433	23.592
Provisão para desmobilização	2,86%	-	-	-	993
		127.932	(36.668)	91.264	95.147

		2023			2022
	Taxas anuais de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
<u>Administração</u>					
Máquinas e equipamentos	10%	29	(21)	8	9
Equipamentos e processamentos de dados	20%	16	(16)	-	-
Móveis e utensílios	10%	45	(39)	6	9
Direito de uso de software	20%	2	(2)	-	-
<u>Parque eólico</u>					
Acessos, Obras e Instalações	2,86%	34.074	(7.584)	26.490	27.465
Sobressalentes	2,86%	326	(19)	307	48
Transformador	2,86%	1.090	(227)	863	894
Torres	2,86%	5.582	(1.248)	4.334	4.494
Geradores	2,86%	17.914	(4.389)	13.525	14.051
Nacelle	2,86%	13.651	(3.351)	10.300	10.690
Pás	2,86%	22.084	(7.355)	14.729	15.361
Outros materiais e equipamentos	2,86%	32.378	(8.786)	23.592	24.382
Provisão para desmobilização	2,86%	1.418	(425)	993	1.034
		128.609	(33.462)	95.147	98.437

b. Movimentação do saldo

	2023	Adições	Baixas	Transferências (**)	Depreciação	2024
<u>Administração</u>						
Máquinas e equipamentos	8	3	-	-	(3)	8
Equipamentos e processamentos de dados	-	4	-	-	(1)	3
Móveis e utensílios	6	-	-	-	(2)	4
Subtotal administração	14	7	-	-	(6)	15
<u>Parque eólico</u>						
Acessos, Obras e Instalações	26.490	58	(11)	(7.733)	(689)	18.115
Sobressalentes	307	-	(12)	-	(11)	284
Transformador	863	-	-	3.200	(156)	3.907
Torres	4.334	-	-	7.800	(446)	11.688
Geradores	13.525	667	(67)	7.500	(824)	20.801
Nacelle	10.300	16	(2)	-	(391)	9.923
Pás	14.729	-	-	-	(631)	14.098
Outros materiais e equipamentos	23.592	119	(4)	(10.767)	(507)	12.433
Subtotal parque eólico	94.140	860	(96)	-	(3.655)	91.249
Provisão para desmobilização (*)	993	-	(957)	-	(36)	-
Imobilizado em operação	95.147	867	(1.053)	-	(3.697)	91.264

	2022	Adições	Depreciação	2023
<u>Administração</u>				
Máquinas e equipamentos	8	2	(2)	8
Móveis e utensílios	10	-	(4)	6
Subtotal administração	18	2	(6)	14
<u>Parque eólico</u>				
Acessos, Obras e Instalações	27.464	-	(974)	26.490
Sobressalentes	48	264	(5)	307
Transformador	894	-	(31)	863
Torres	4.494	-	(160)	4.334
Geradores	14.051	-	(526)	13.525
Nacelle	10.690	-	(390)	10.300
Pás	15.362	-	(633)	14.729
Outros materiais e equipamentos	24.382	88	(878)	23.592
Subtotal parque eólico	97.385	352	(3.597)	94.140
Provisão para desmobilização	1.034	-	(41)	993
Imobilizado em operação	98.437	354	(3.644)	95.147

(*) Com a finalidade de estimar os custos de desmobilização da Usina Eólica de propriedade da Companhia, a mesma contratou uma empresa terceirizada que apresentou um laudo técnico, precisando o custo de desmobilização da Usina Eólica. Em 2024 a Companhia realizou novo laudo de avaliação para desmobilização do parque, que apresentou resultado positivo na operação, sendo as receitas auferidas na venda de partes e peças e de sucatas superiores aos custos. Dessa maneira, a Companhia providenciou a baixa dos ativos e passivos provisionados, resultando em uma reversão líquida, na demonstração de resultados, de R\$ 875, apresentada como outras receitas operacionais.

(**) Em 2024, a Companhia contratou um serviço especializado de mapeamento e componentização dos ativos instalados no Parque Eólico. Conforme o laudo recebido, a Companhia realizou a reclassificação dos itens entre os grupos.

A Companhia revisa periodicamente a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

A Companhia cedeu, como garantia aos empréstimos e financiamentos, máquinas e equipamentos relativo ao projeto, adquiridos, montados ou construídos também com recursos do contrato de financiamento, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 9.

8 Arrendamentos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.12, a Companhia possui um contrato de arrendamento do terreno onde está instalado o parque eólico. O contrato é de 20 anos com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente, conforme índice de reajuste do contrato de energia (Nota Explicativa nº 1.3).

Para esse contrato, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado a depreciação dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia de 8% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Anualmente, a Companhia realiza a revisão da projeção dos pagamentos futuros, sendo o impacto contabilizado no ativo de direito de uso.

Movimentação do ativo de arrendamento

Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>2.903</u>
Remensuração	1.665
Despesa de depreciação do exercício	<u>(100)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.468
Remensuração	632
Despesa de depreciação do exercício	<u>(160)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.940

Movimentação do passivo de arrendamento

Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>3.169</u>
Remensuração	1.665
Juros apropriados no resultado	244
Pagamento de principal	(29)
Pagamento de juros	<u>(244)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>4.805</u>
Remensuração	539
Juros apropriados no resultado	374
Pagamento de principal	(185)
Pagamento de juros	<u>(10)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>5.523</u>

	2024	2023
Circulante	289	276
Não circulante	<u>5.234</u>	<u>4.529</u>
	5.523	4.805

Impactos no resultado do exercício

	2024	2023
Despesas com depreciação	(160)	(100)
Despesas financeiras	<u>(374)</u>	<u>(244)</u>
Total - impacto na despesa líquida	<u>(534)</u>	<u>(344)</u>

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

	2024			2023		
Vencimento	Juros	Principal	Líquido	Juros	Principal	Líquido
Até 1 ano	(12)	301	289	(12)	288	276
De 1 a 2 anos	(13)	316	303	(12)	299	287
De 2 a 3 anos	(14)	332	318	(13)	311	298
De 3 a 4 anos	(14)	349	335	(13)	323	310
De 4 a 5 anos	(15)	366	351	(14)	336	322
Acima de 5 anos	<u>(10.766)</u>	<u>14.693</u>	<u>3.927</u>	<u>(9.230)</u>	<u>12.542</u>	<u>3.312</u>
Total	<u>(10.834)</u>	<u>16.357</u>	<u>5.523</u>	<u>(9.294)</u>	<u>14.099</u>	<u>4.805</u>

9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

O endividamento da Companhia está apresentado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 conforme demonstrado a seguir:

	Taxas	2024	2023
Empréstimos e financiamentos (i)			
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	2,65% a.a. + TJLP	26.036	28.648
(-) Custos de captação de empréstimos e financiamentos		<u>(119)</u>	<u>(137)</u>
		<u>25.917</u>	<u>28.511</u>
Circulante		3.937	3.760
Não circulante		<u>21.980</u>	<u>24.751</u>
Debêntures (ii)			
	9,43% a.a. + IPCA	12.945	14.198
(-) Custos de captação de debêntures		<u>(35)</u>	<u>(41)</u>
		<u>12.910</u>	<u>14.157</u>
Circulante		3.977	3.298
Não circulante		<u>8.933</u>	<u>10.859</u>
Total empréstimos, financiamentos e debêntures		<u>38.827</u>	<u>42.668</u>

(i) Financiamento BNDES

A Companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, com a finalidade de desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimento de geração de energia elétrica e infraestrutura correlata, o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

Sobre o principal da dívida incidirão juros à taxa de 2,65% acrescido da TJLP ao ano. O principal da dívida será pago em 192 prestações mensais e sucessivas, já tendo sido pago até 31 de dezembro de 2024 o total de 106 prestações.

Os custos de captação estão sendo amortizados pelo método linear e apresentados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, como redução da dívida.

(ii) Debêntures

Em 15 de junho de 2015, a Companhia realizou emissão de 1.030 debêntures simples, no montante total de R\$ 10.300, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. As debêntures possuem vencimentos semestrais, iniciando em julho de 2017 até junho de 2031.

Sobre o principal da dívida incidirão juros remuneratórios correspondentes a uma taxa anual de 9,43% acrescido do IPCA.

Os custos de captação estão sendo amortizados pelo método linear e apresentados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, como redução da dívida.

Os montantes por ano de vencimento têm a seguinte composição:

	31/12/2024		31/12/2023	
Vencimentos	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Debêntures
Em um ano	3.937	3.977	3.760	3.298
De um a dois anos	6.842	5.194	5.139	3.284
Acima de dois anos	15.138	3.739	19.612	7.575
Total	25.917	12.910	28.511	14.157

A seguir, conciliação da movimentação patrimonial de empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	30.789	15.506	46.295
Amortização de principal	(2.586)	(2.033)	(4.619)
Juros pagos	(2.479)	(1.435)	(3.914)
Amortização dos custos de captação	19	6	25
Juros reconhecidos no resultado do exercício	2.768	2.113	4.881
Saldo em 31 de dezembro de 2023	28.511	14.157	42.668
Amortização de principal	(2.831)	(1.934)	(4.765)
Juros pagos	(2.271)	(1.309)	(3.580)
Amortização dos custos de captação	18	6	24
Juros reconhecidos no resultado do exercício	2.490	1.990	4.480
Saldo em 31 de dezembro de 2024	25.917	12.910	38.827
Circulante	3.937	3.977	7.914
Não circulante	21.980	8.933	30.913

Garantias

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as garantias da operação do empréstimo do BNDES e das debêntures são compartilhadas, podendo ser assim demonstradas:

- Os acionistas e suas intervenientes deram em penhor a totalidade das ações na Companhia de sua titularidade.
- A Companhia cedeu fiduciariamente ao BNDES os direitos creditórios de que é titular provenientes do Contrato de Energia de Reserva nº 159/11 (CER). A Companhia concedeu em penhor:
- Os direitos emergentes da autorização decorrente da Portaria nº 228 de 13 de abril de 2012;
- Máquinas e equipamentos relativos ao projeto, a serem adquiridos, montados ou construídos com recursos do contrato de empréstimo e financiamento;

- Os direitos creditórios provenientes do contrato de fornecimento de bens e serviços para a implantação do Parque Eólico Malhadinha I (Aerogeradores), firmado em 5 de julho de 2013, entre a Beneficiária e a WEG Equipamentos Elétricos S.A.;
- Os direitos creditórios provenientes do contrato de Operações e Manutenção durante o período de Pós-garantia dos Aerogeradores no Empreendimento EOL Malhadinha I, firmado em 28 de abril de 2014, entre a beneficiária e a WEG Equipamentos Elétricos S.A.; e
- Os direitos creditórios provenientes de qualquer outro contrato relativo ao projeto que venha a ser celebrado e que seja relevante para sua operação e cuja contratação requeira anuência do BNDES.

Cláusulas restritivas (covenants)

A Companhia deverá manter anualmente, durante toda a vigência dos contratos de empréstimo, financiamento e debêntures, Índice de Cobertura de Serviço de Dívida (ICSD) igual ou superior a 1,30, no mínimo. Ademais, outras obrigações a serem cumpridas pela Companhia estão relacionadas diretamente com as operações comerciais, financeiras e societárias, tais como, mas não se limitando, a adimplência financeira, manutenção de garantias e das certidões públicas. O não cumprimento de tais cláusulas restritivas pode culminar em vencimento antecipado das parcelas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia encontra-se adimplente com os covenants presentes no contrato.

10 Ressarcimento de energia a pagar

	2024	2023
Ressarcimento a pagar – <i>Constrained-off</i> e geração inferior	6.432	8.641
Ressarcimento a pagar – apuração no ano de suprimento e quadriênio vigentes	<u>3.302</u>	<u>4.024</u>
	<u>9.734</u>	<u>12.665</u>
Circulante	721	7.899
Não circulante	9.013	4.766

O montante registrado se refere ao somatório das diferenças mensais apuradas durante o período de operação entre a energia gerada e a energia contratada junto à CCEE, que será descontado conforme contrato de comercialização de energia elétrica. Os valores classificados no circulante se referem a valores que irão vencer nos próximos 12 meses e os classificados no não circulante aos valores que irão vencer após os próximos 12 meses.

Com base no Despacho n.º 2.303/2019 da ANEEL ficou determinado que os valores de ressarcimentos anuais referentes ao ano contratual apurado a partir de agosto de 2019 pela CCEE, que seriam feitos em 12 parcelas, não serão realizados até uma definição sobre a audiência pública n.º 034/2019, definindo a questão do *constrained-off*.

A Audiência Pública tem por objetivo obter subsídios para o aprimoramento do relatório de análise de impacto regulatório e da minuta de normas referentes aos procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação de usinas eólicas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia liquidou o valor equivalente a 5 parcelas do ano de apuração encerrado em junho de 2020, no montante principal de R\$ 1.110, com atualização pelo IPCA de R\$ 249, contabilizados como despesa financeira na demonstração de resultados no exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia liquidou o valor equivalente a 19 parcelas, sendo 7 parcelas do ano de apuração encerrado em junho de 2020, e 12 parcelas do ano de apuração encerrado em junho de 2021, no montante principal de R\$ 4.396, com atualização pelo IPCA de R\$ 549, contabilizados como despesa financeira na demonstração de resultados no exercício.

A seguir, a conciliação da movimentação patrimonial:

	<i>Constrained-off e geração inferior (i)</i>	Apuração ano corrente	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.492	2.099	12.591
Ressarcimento apurado no ano corrente	(804)	2.107	1.303
Pagamentos realizados (**)	(1.110)	(119)	(1.229)
Transferências (*)	63	(63)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.641	4.024	12.665
Ressarcimento apurado no ano corrente	5	1.502	1.507
Pagamentos realizados (**)	(4.396)	(42)	(4.438)
Transferências (*)	2.182	(2.182)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.432	3.302	9.734

- (i) Em 2024 a Companhia liquidou os montantes relativos aos ressarcimentos apurados nos anos de suprimento finalizados em junho de 2020 (R\$ 1.554) e junho de 2021 (R\$ 2.842) conforme o cronograma parcial divulgado pela CCEE. Até 31 de dezembro de 2024, a CCEE não havia disponibilizado novo cronograma de pagamentos e não havia expectativa de pagamentos para o exercício seguinte, portanto a Companhia classificou os ressarcimentos não liquidados, apurados no ano de suprimento e quadriênio finalizados em junho de 2022 (R\$ 4.245) no passivo não circulante. Ademais, a Companhia classificou no não circulante o montante do ressarcimento apurado no ano de suprimento finalizado em junho de 2024 (R\$ 2.187).

(*) Conforme as normas do Contrato de Energia de Reserva (vide nota 1.3) ao final de cada quadriênio as contas de ressarcimento de energia são totalmente liquidadas e inicia-se um novo período de apuração. Dessa forma, todo o saldo que estava acumulado na apuração corrente referente ao ano de suprimento encerrado em junho de 2024, incluindo os saldos classificados no longo prazo, foram considerados passíveis de liquidação por parte da CCEE. Por não haver calendário de pagamentos divulgado por parte da CCEE ou expectativa de liquidação no exercício seguinte, a Companhia manteve o saldo de ressarcimento classificado no passivo não circulante.

(**) Em junho de 2023, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE deu início às reapurações dos cálculos dos ressarcimentos considerando a energia não fornecida por *constrained-off* das usinas eólicas. A reapuração foi realizada em parcelas de 2 e 4 meses, conforme cronograma apresentado pela CCEE. Os valores de ressarcimento foram recalculados no âmbito da Receita de Venda da Energia de Reserva e atualizados monetariamente, conforme Procedimentos de Comercialização 7.1 – Apurações da Energia de Reserva. Adicionalmente, a CCEE revisou as garantias físicas dos agentes, fato que ocasionou um pagamento de ressarcimento relacionado ao ano de suprimento atual, por meio do recálculo das parcelas de receita fixa recebidas.

11 Provisões

(i) Provisão para contingências

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para preservar seu patrimônio, não existindo indicações de necessidades de se reconhecer provisões e/ou divulgações para contingências nos exercícios de 2024 e 2023, sobre questionamentos judiciais, de natureza tributária, trabalhista ou civil.

Portanto, baseada nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração reconheceu que não existem processos com probabilidade de perda provável e possível.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não havia nenhum processo tributário, trabalhista ou civil envolvendo a Companhia.

(ii) Provisão para desmobilização

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R\$ 1.832, registrada no passivo não circulante com a finalidade de mensurar o custo de recuperação ambiental das áreas degradadas pela atividade explorada, o volume de material proveniente do desmatamento do parque e suas instalações e o volume de material considerado sucata, bem como os valores provisionados para a realização de tais serviços quando do desmonte da EOL Malhadinha I.

A valorização dos materiais foi realizada, utilizando-se o preço do peso de cada material específico, comercializado por empresas de sucata. Para o cálculo do valor necessário para a remoção dos materiais do parque, foi adquirido dos fabricantes o peso de cada um dos principais componentes de uma central geradora eólica. Para cálculo dos recursos necessários para a desmobilização, foram estimadas horas/homem e horas/máquinas para desmonte, corte e fracionamento de componentes, bem como limpeza da área do parque, transporte e destinação do material gerado.

Em 2024, a Companhia contratou especialistas para realizar novo laudo de desmobilização para revisão dos valores. Os valores de desmonte ou desmobilizado consideram para alguns equipamentos os valores dos resíduos metálicos comercializáveis, para outros com comercialização no mercado, consideram os valores residuais dos equipamentos, e os custos de desmobilização. Este trabalho resultou em um ganho na venda de peças e sucata superior aos custos para desmobilização em R\$ 338.

Dessa forma, a Companhia procedeu com a baixa do valor residual da provisão registrada no ativo imobilizado, no montante de R\$ 957 e a baixa do passivo não circulante provisionado total no montante de R\$ 1.832, resultando em uma baixa líquida na demonstração de resultados de R\$ 875, registrada como outras receitas operacionais.

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social da Companhia é composto por 188.781 ações que correspondem a R\$ 84.632.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

O lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi totalmente absorvidos por prejuízos acumulados.

c. Dividendo mínimo obrigatório

Do lucro remanescente, após as deduções e destinações, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), facultado à Diretoria propor o não pagamento deste dividendo nos exercícios em que a situação de caixa da Companhia não for compatível com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimentos nos negócios da Companhia.

13 Receita líquida de vendas

	2024	2023
Receita de energia contratada	17.683	17.342
Pis (a)	(292)	(113)
Cofins (a)	(1.344)	(520)
	<u>16.047</u>	<u>16.709</u>

- (a) No exercício de 2024, a Companhia mudou o regime de tributação para lucro real, mudando assim a apuração dos tributos indiretos para o regime não cumulativo, com as alíquotas de 1,65% e 7,6% para Pis e Cofins, respectivamente. Em 2023 a Companhia apurava os impostos pelo regime cumulativo, com as alíquotas de 0,65% e 3% para Pis e Cofins, respectivamente.

14 Custos das vendas

	2024	2023
Depreciações	(3.691)	(3.638)
Depreciação do direito de uso de arrendamentos	(160)	(100)
Encargos de uso do sistema de transmissão - TUST	(1.783)	(1.876)
Custos regulatórios	(107)	(98)
Custos gerais	(621)	(535)
Custos com manutenção (a)	(3.516)	(6.017)
Custos com pessoal	(403)	(275)
Serviços de terceiros	(307)	(262)
Custo sócio ambiental	(153)	(104)
Custos com infraestrutura	(185)	(153)
Créditos tributários (b)	545	-
Baixas de passivos de arrendamentos (c)	93	-
Outros custos	(5)	(14)
	<u>(10.293)</u>	<u>(13.072)</u>

(a) Em 2023, a Companhia sofreu danos em um aerogerador, sendo necessário custos extras com manutenções corretivas e preventivas.

(b) Em 2024, a Companhia mudou a apuração dos impostos indiretos para o regime não cumulativo, realizando a tomada de créditos conforme legislação fiscal vigente.

(c) Baixa decorrente da revisão dos anual realizada entre os pagamentos projetados e os pagamentos efetivos realizados em 2024.

15 Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Despesas gerais	(72)	(70)
Despesa com manutenção	(1)	-
Despesas com pessoal (*)	(985)	(584)
Serviços de terceiros	(396)	(461)
Despesa com infraestrutura	(8)	(39)
Depreciações	(6)	(6)
Despesas tributárias	(54)	(1)
Despesas com associação de classe	(156)	-
Outras despesas administrativas	-	(48)
	<u>(1.678)</u>	<u>(1.209)</u>

(*) Em 2024, a Companhia encerrou o contrato de compartilhamento de despesas administrativas firmado com a parte relacionada Inxu Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica.

16 Outras receitas (despesas) operacionais

	2024	2023
Reversão de provisão para desmobilização (Nota 11)	875	-
Perda na baixa de ativos imobilizados (Nota 7)	(96)	-
	<u>779</u>	<u>-</u>

17 Resultado financeiro

	2024	2023
Rendimentos de aplicações financeiras (*)	1.093	1.845
Outras receitas financeiras	<u>1</u>	<u>-</u>
Receita financeira	<u>1.094</u>	<u>1.845</u>
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.480)	(4.881)
Despesas financeiras com arrendamentos	(374)	(244)
Fianças bancárias	(7)	(8)
Juros passivos	(562)	(263)
Imposto sobre movimentações financeiras - IOF	(6)	(12)
Outras despesas financeiras	<u>(216)</u>	<u>(277)</u>
Despesas financeiras	<u>(5.645)</u>	<u>(5.685)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(4.551)</u>	<u>(3.840)</u>

(*) Compreende os rendimentos de aplicações financeiras em caixas e equivalentes de caixa de R\$ 84 (2023: R\$ 110) e rendimento de aplicações em depósitos vinculados de R\$ 1.009 (2023: R\$ 1.735).

18 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

No exercício de 2024, a Companhia adotou o regime de apuração no lucro real.

	2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	304
(+) Adições (temporárias e permanentes)	534
(-) Exclusões (temporárias e permanentes)	<u>(1.033)</u>
(=) Prejuízo fiscal	<u>(195)</u>

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados nos montantes de R\$ 19.786. Devido a incerteza de lucros futuros tributáveis, a Administração concluiu por não constituir o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre esses créditos fiscais.

Os impostos diferidos constantes nas demonstrações contábeis são calculados sobre os ajustes temporários de adições e exclusões ao lucro real. Esses ajustes são relacionados aos ajustes fiscais necessários pela adoção do CPC 06 - contratos de arrendamento:

	2024
Ajustes temporários, líquidos – Contratos de arrendamentos	<u>339</u>
IRPJ – 15% e adicional 10%	60
CSLL – 9%	<u>31</u>
Total impostos diferidos	<u>91</u>
Total impostos diferidos – ativo circulante	<u>91</u>

No exercício de 2023, o imposto de renda e a contribuição social corrente totalizaram o montante de R\$ 1.139, conforme evidenciado no quadro abaixo:

2023	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	17.342	17.342
Alíquota %	8%	12%
Lucro presumido	1.387	2.081
Receitas financeiras	1.849	1.849
Base de cálculo	3.236	3.930
Alíquota %	15%	9%
Imposto devido	485	354
Imposto adicional (IRPJ)	300	-
Imposto corrente a recolher	785	354
Alíquota efetiva	24%	9%

19 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os honorários dos administradores foram apropriados ao resultado, na conta “despesas gerais e administrativas”, no montante total de R\$ 374 (2023 R\$ 42), e na conta de “custos das vendas”, no montante total de R\$ 429 (2023 R\$ 457). A remuneração inclui salários e encargos e bônus anual por atingimento das metas.

b. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Franklin Servtec Energia Fundo de Investimentos e Participações, com 100% do capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, há o saldo de R\$ 55 de dividendos a distribuir aos acionistas, para o qual não há previsão para liquidação.

A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas administrativas com a empresa Ventos Brasil Geração e Comercialização de Energia Elétrica, controlada integralmente pela Franklin Servtec Energia Fundo de Investimentos e Participações. Em 2024 a Companhia encerrou o contrato de compartilhamento de despesas administrativas com a Inxu Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia registrou reembolso no montante de R\$ 854 (2023 R\$ 1.098), na conta “despesas gerais e administrativas” e o montante de R\$ 652 (2023 R\$ 519), na conta de “custos das vendas”

Não há outras transações com partes relacionadas além das já mencionadas.

20 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos, a aplicações financeiras e contas a receber. O contas a receber tem risco considerado baixo, considerando as características do contrato de energia firmado (ver Nota Explicativa nº 1.3)

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2024	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo nível 1
Caixa e equivalentes de caixa	-	434	-	-
Depósitos vinculados	9.823	-	-	9.823
Contas a receber de clientes	-	1.631	-	-
Fornecedores	-	-	801	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	25.917	25.917
Debêntures	-	-	12.910	12.910
Arrendamentos a pagar	-	-	5.523	5.523
Ressarcimento de energia a pagar	-	-	9.734	9.734

Em 31 de dezembro de 2023	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo nível 1
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.729	-	-
Depósitos vinculados	14.013	-	-	14.013
Contas a receber de clientes	-	1.569	-	-
Fornecedores	-	-	1.452	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	28.511	28.511
Debêntures	-	-	14.157	14.157
Arrendamentos a pagar	-	-	4.805	4.805
Ressarcimento de energia a pagar	-	-	12.665	12.665

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de juros; e
- Risco operacional.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. Os recebíveis têm risco considerado baixo, considerando as características do cliente da Companhia (CCEE).

(i) Instrumentos financeiros, depósitos em dinheiro e aplicações

O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo Departamento Financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e do *rating* atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido nesta por parte de cada banco ou instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tem R\$ 434 (em 31 de dezembro de 2023, R\$ 1.729) em caixa e equivalentes de caixa. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o saldo de R\$ 9.823 (em 31 de dezembro de 2023, R\$ 14.013) em depósitos vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa contábeis contratados:

	A vencer em até 1 ano		A vencer acima de 1 ano		Totais	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Empréstimos e financiamentos	3.937	3.760	24.076	27.085	28.013	30.845
Debêntures	3.977	3.298	10.207	12.512	14.184	15.810
Fornecedores	801	1.452	-	-	801	1.452
Arrendamentos a pagar	289	276	5.653	4.891	5.942	5.167
Ressarcimento de energia a pagar	721	11.570	9.013	1.095	9.734	12.665

Risco de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas para travar o custo financeiro das operações.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da taxa de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2024, a TJLP acumulada para os empréstimos e financiamentos será de 6,89% (7,05% em 31 de dezembro de 2023), o IPCA acumulado para as debêntures de 4,83% (4,62% em 31 de dezembro de 2023), e a rentabilidade acumulada nos fundos de investimentos de 10,78% (11,97%, em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos cenários advindos de uma elevação ou baixa nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável projetado, não levando em consideração a incidência de tributos ou o fluxo de vencimento de cada contrato.

O saldo de caixa não está sendo considerado na análise de sensibilidade, visto que não há exposição a riscos de mercado e os montantes relacionados as dívidas apresentados não contemplam os saldos de custos de transação.

	Saldo 31/12/2024	Risco	Cenário (-50%)	Cenário (-25%)	Cenário Provável	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) – Fundos de investimento	422	Rendimentos em FI	442	455	467	480	493
Efeito no resultado			(25)	(12)	-	13	26
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas) - Fundo de investimento	8.915	Rendimentos em FI	9.344	9.610	9.876	10.142	10.408
Efeito no resultado			(532)	(266)	-	266	532
Saldo de empréstimos e financiamentos	25.917	TJLP	26.748	27.225	27.701	28.178	28.655
Efeito no resultado			(953)	(476)	-	477	954
Saldo de debêntures	12.910	IPCA	13.207	13.370	13.534	13.697	13.860
Efeito no resultado			(327)	(164)	-	163	326
	Saldo 31/12/2023	Risco	Cenário (-50%)	Cenário (-25%)	Cenário Provável	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) – Fundos de investimento	1.709	Rendimentos em FI	1.799	1.856	1.914	1.971	2.028
Efeito no resultado			(115)	(58)	-	57	114
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas) - Fundo de investimento	12.952	Rendimentos em FI	13.634	14.068	14.502	14.936	15.370
Efeito no resultado			(868)	(434)	-	434	868
Saldo de empréstimos e financiamentos	28.511	TJLP	29.445	29.983	30.521	31.059	31.597
Efeito no resultado			(1.076)	(538)	-	538	1.076
Saldo de debêntures	14.157	IPCA	14.469	14.640	14.811	14.982	15.153
Efeito no resultado			(342)	(171)	-	171	342

A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

21 Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual da soma da dívida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de outros investimentos, caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, podem ser assim sumarizados:

	2024	2023
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	38.827	42.668
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(434)	(1.729)
Menos: Depósitos vinculados	<u>(9.823)</u>	<u>(14.013)</u>
Dívida líquida	<u>28.570</u>	<u>26.926</u>
Total do patrimônio líquido	<u>53.549</u>	<u>53.154</u>
Índice de alavancagem em 31 de dezembro	<u>0,53</u>	<u>0,51</u>

* * *

Maiza Rodrigues Ponte Parente
Diretora Financeiro-administrativa

Renato Melo Gomes
Diretor Técnico

Kamila Stefani Galdino
Contadora CRC-CE 021919/0-8